

Horizontes

- Faculdades de Taquara -

Órgão de divulgação das Faculdades de Taquara - Maio - Junho/94 - Nº 04

Trabalhos de Conclusão: uma amostra do que os alunos produziram em 93

Reconhecida nacionalmente, a sistemática dos trabalhos de conclusão das Faculdades de Taquara a cada ano vem sendo aperfeiçoada. O objetivo é fazer com que no final do curso o aluno tenha oportunidade para demonstrar a sua própria capacitação.

Dessa forma, enquanto está cursando as últimas disciplinas, o acadêmico já vai se programando para optar por um tema sobre o qual irá desenvolver o seu Trabalho de Conclusão. Com o acompanhamento de uma coordenação geral e de um especialista na área escolhida, o estudante se envolve na execução desta tarefa durante um ano inteiro, num desafio, sem dúvida, difícil, mas gratificante.



Em cada local de julgamento, além da avaliação dos trabalhos, também ocorrem palestras proferidas por especialistas

No final de 93, São Francisco de Paula, Igrejinha e Gramado foram as comunidades que receberam as chamadas "neitos de banca". Cada aluno teve que fazer uma sustentação oral das idéias expostas em seu trabalho, após o que a banca examinadora emitiu o seu parecer coletivo. Nestas oportunidades também ocorreram palestras pro-

feridas por convidados, tendo como público-alvo os próprios acadêmicos-autores e examinadores.

Esta edição especial de HORIZONTES tem como objetivo valorizar, mesmo que através da síntese, alguns dos Trabalhos de Conclusão escolhidos aleatoriamente entre as dezenas apresentadas em 93. Muitos deles contêm centenas de páginas, mas o que está aqui sendo apresentado são apenas algumas idéias centrais, desenvolvidas pelos próprios autores.

Nosso intuito, com esta iniciativa, é fazer chegar ao conhecimento de empresários, profissionais liberais, educadores, estudantes e comunidade em geral os co-



Antes de receber o parecer final, cada aluno tem que fazer a sustentação do seu trabalho

nhecimentos revelados pelos acadêmicos em suas exposições, como fruto de anos de estudos, pesquisa e dedicação.

Os propósitos desta publicação ressaltam mais uma vez o perfil das Faculdades de Taquara, como uma instituição eminentemente comunitária e integrada ao meio em que atua.



Acadêmicos - autores e examinadores numa "noite" de banca (Foto de José Carlos Longhi)

ANÁLISE DO PROCESSO DE REMUNERAÇÃO

Um estudo exploratório em indústrias calçadistas do Vale do Rio dos Sinos

Formas justas de remuneração são uma das grandes celeumas nas relações de trabalho na atualidade. O assunto mereceu um estudo da aluna Andréia Eloísa Squinatti, que foi orientada pelo professor Jorge Elias. A partir de dados colhidos em empresas calçadistas do Vale do Sinos, ela chegou à conclusão de que, aos poucos, os sistemas flexíveis de remuneração, que valorizam o desempenho do funcionário, vão ganhando espaço nas empresas.

Desde o início da evolução do pensamento administrativo, as relações entre empregado e empregador foram motivo de debates e pesquisas. A cada dia, nota-se que as empresas de sucesso são aquelas que acreditam e investem no homem, sabendo valorizar a importância do fator humano para a organização.

Cabe ao empregador o desafio de motivar e aperfeiçoar os trabalhadores, a fim de tornar e manter saudáveis as relações entre ambos e promover o bem-estar dos empregados, para que estes por sua vez contribuam na manutenção

e desenvolvimento das organizações.

Para a consecução deste desafio, o empregador dispõe de técnicas administrativas com seleção sistemática de pessoal, treinamento, desenvolvimento, avaliação de desempenho, sistema de remuneração, entre outras.

Mas, entre todos eles, o sistema de remuneração constitui-se num elemento básico para a construção de políticas e programas de recursos humanos. O salário justo mantém os equilíbrios internos e externos da organização, pelo fato de que os empregados podem comparar valores e julgar a equidade de seus vencimentos.

“É através da diferenciação que se dá o exemplo e o incentivo aos demais”.

As indústrias calçadistas constituem-se na mais forte categoria econômica da região do Vale do Rio dos Sinos. Num estudo exploratório realizado em algumas empresas de médio e



Andréia Squinatti

grande porte, pode se sentir que as mesmas se preocupam com o sistema remuneratório o que é um bom sinal, pois todas revelam bons conceitos sobre os tópicos da estrutura de cargos, ainda que não os utilizem.

Como estrutura de cargos entende-se toda uma série de procedimentos que resultam na distribuição de funções e salários dentro de uma empresa, bem como o plano de carreira, com análise, descrição, especificação, avaliação e classificação de cada cargo.

“O salário justo mantém o equilíbrio interno e externo da organização”.

Esta estrutura permite às empresas se utilizarem de métodos sistemáticos de remuneração. Com base científica, a empresa paga para cada cargo uma remuneração direta e atribui também valor ao indivíduo que a ocupa, podendo assim estabelecer de forma indireta a remuneração do valor acessório do cargo. Isto significa

que existe uma faixa de remuneração indireta adicional, que pode ser fixa ou variável, de acordo com o desempenho do empregado.

É ideal a criação de esquemas de remuneração agressivos e flexíveis que premiem efetivamente os resultados alcançados por indivíduo ou equipe. Necessário se faz que tais esquemas sejam voltados para o curto prazo, gerando prêmios imediatos para o bom desempenho.

Desempenho excepcional merece remuneração excepcional. É através da diferenciação que se dá o exemplo e o incentivo aos demais para que alcancem, também eles, uma melhor performance. O empregador passa a pagar pela contribuição que o funcionário traz à empresa. O funcionário e a empresa se beneficiam reciprocamente, baseados num estilo de consenso e confiança mútuos.

Riscos existem, a recessão, porém tem empurrado as empresas nesta direção. Com margens de rentabilidade apertadas, os empregadores são cada vez mais conservadores na hora de conceder aumentos salariais. Em troca, ganham a desmotivação e o desinteresse dos funcionários. A remuneração variável pode ser a solução para esta equação de duas incógnitas: o empregado ganha mais se a empresa estiver bem.

Há uma tendência geral entre as indústrias calçadistas em busca da competitividade através de programas de qualidade e produtividade. Os sistemas de remuneração sistemáticos estão incluídos nas novas técnicas que as empresas do Vale do Sinos buscam alcançar para conseguir o comprometimento dos funcionários. Há, pois, indicativos na maioria das indústrias calçadistas de que um sistema de recompensas mais justo não só ajuda a solucionar os conflitos internos, como também influencia a motivação e satisfação dos funcionários.

EXPEDIENTE

HORIZONTES

Boletim informativo das Faculdades de Ciências Contábeis e Administrativas e Faculdade de Educação de Taquara

Rua Júlio de Castilhos, 2084 - Taquara - RS
Fones: (051)542-1255 e (051)542-3213 Fax: (051)542-1256

Entidade mantenedora: Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste (FEEIN)

Jornalista responsável por este informativo: Roseli Santos (REG.PROF. 7571)

Redação, fotografia e diagramação: Alvaro Bourscheidt e Roseli Santos Impresso na Editora Treze de Maio - Venâncio Aires - RS

A nova sociedade expressa pela cognição e efetividade humana na modernidade empresarial

Marilei Cristófolli, com orientação do professor Silvio Costa, aborda em seu trabalho o rumo que devem tomar as empresas modernas no sentido de despertarem para as novas relações humanas entre empregador e empregado, adotando uma mudança comportamental de extrema importância no desenvolvimento empresarial.

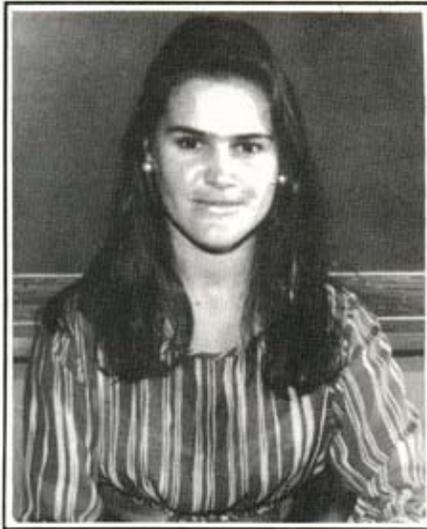
O ritmo acelerado do desenvolvimento e a corrida desenfreada rumo à satisfação das necessidades humanas, por si só, constituem razões para despertarmos para a nova, porém, necessária realidade empresarial. A maneira como os negócios e as pessoas eram conduzidos já não corresponde ao desejo individual e coletivo dentro da sociedade.

“É o comportamento dos dirigentes que deve mudar”

Conceituando modernamente, jamais se pode conceber uma organização social sem a participação integral do patrimônio humano e, portanto, enquanto permanecer distanciado ou relegado a segundo plano o relacionamento empregado-empregador, estará comprometido o sucesso da organização como um todo.

Desta maneira é que a mudança comportamental em nível geral está sendo vista como prioritária, definitiva, para uma melhor estruturação da empresa, de forma a garantir envolvimento, produção e, principalmente, a efetividade rumo à excelência empresarial. Aposta-se, a despeito de tudo, na infinita capacidade inovadora e criadora do ser humano como agente participativo em todos os setores e níveis hierárquicos organizacionais. Deve-se partir da premissa básica de que a empresa tem uma missão a cumprir e, para tanto, precisa se preparar.

A missão empresarial de qualquer organização deve girar em torno da plena satisfação de seus clientes e da realização profissional de seus funcionários (colaboradores). Se a empresa perseguir esta meta respeitando as relações provenientes deste intercâmbio, preservando os interesses individuais e coletivos das partes envolvidas, certamente estará firmando um vínculo bas-



Marilei Cristófolli

tante positivo que garantirá sua sustentação e também sua existência.

Tudo parte do pressuposto de que é o comportamento dos dirigentes empresariais que deve mudar, sob o ponto de vista de oferecer melhores condições de trabalho, ambiente adequado, confiança, metas e desafios, a fim de que todos os funcionários, dentro de suas aptidões, possam desempenhar um papel importante para a empresa.

Todo esse processo de abertura é extremamente difícil e requer grande disponibilidade de tempo, porque envolve uma área muito frágil e vulnerável que é o comportamento humano dentro da organização, com todas suas variantes, considerando, inclusive, o modo de vida, o estilo, a conduta, a cultura e tudo o mais que venha determinar a personalidade de cada um, como resultado de experiências adquiridas nos diversos segmentos dos quais fazem parte.

Nessa nova empresa, aberta à participação, a partir da percepção do novo comportamento dos líderes (diretores, gerentes e chefes de setor) todos os funcionários terão a liberdade de moldar-se ou não a esta nova postura, constituindo um estilo gerencial que exige envolvimento verdadeiro (de todos) e principalmente resultado, fazendo com que cada qual seja responsável pelas suas tarefas, desde as mais simples às mais complexas. Fazer com que cada funcionário se sinta útil, importante e que procure o constante melhorar (Kaizen) constitui um dos mais importantes fatores motivacionais, que irá levar a pessoa a realizar os seus afazeres com mais prazer.

No entanto, nada disso se concretizará se os empregados não receberem o devido reconhecimento. Este reconhecimento vem do seu próprio esforço traduzido em participação dos lucros que a empresa venha a ter como resultado das melhorias verificadas após a mudança do estilo gerencial, o que em síntese prevê mais autonomia e poder de decisão, principalmente àqueles que estão em nível de execução e, portanto, são os mais indicados a opinar e sugerir melhorias em seus respectivos setores.

“A mudança comportamental está sendo vista como prioritária”

Isto torna a vida, em nível organizacional, mais dinâmica e palpitante e, conseqüentemente, mais atraente. Isto é consideravelmente importante para a manutenção de um clima saudável e próspero, desviando os tempos difíceis em que a grande maioria dos empregados vai ao seu trabalho mais por obrigação ou necessidade do que por vontade própria. E nada pode ser mais desgastante, tanto para a pessoa como para a empresa, do que ser e viver como mero cumpridor de horário.

Abraçadamente, o objetivo primeiro para qual todas as pessoas se dispõem a colaborar é melhorar os seus produtos ou serviços a fim de satisfazer as necessidades dos seus clientes e deixá-los encantados com o que recebem, a ponto de consolidarem verdadeiros sistemas de parceria, que possam garantir sempre um ótimo produto, no menor prazo e pelo preço justo, ou seja, a busca da qualidade total.

O que se pretende com a mudança de comportamento é que essa concepção de qualidade se transforme em rotina na vida organizacional refletindo a integridade da empresa. Quando a direção viver de acordo com essa política, conseguirá que se estabeleçam exigências claras, garantirá que o treinamento e a instrução ajudem todos a conhecerem melhor seus respectivos trabalhos e insistirá no desempenho ideal. Seria uma maneira séria de relacionar-se com todo o contexto macroeconômico e de demonstrar que se acredita que o homem, quando une suas potencialidades as dos demais, chega mais facilmente à vitória e, conseqüentemente, ao sucesso da organização.

A infância e o espaço do brinquedo

Liége Lana Brusius, em seu Trabalho de Conclusão no curso de Pedagogia, aborda a relação da criança com a sociedade, através das ligações que ela estabelece com os brinquedos e com o próprio mundo que a cerca. A orientação foi de Nina Rosa Stein Ferreira.

Estudando a infância e suas ligações com a sociedade, com a educação e com o espaço do brinquedo, pode-se constatar que, apesar dos avanços da ciência e a consequência da mortalidade infantil, a sociedade atual vê na criança um incômodo, um ser inferior, incompleto e imperfeito que precisa da autoridade adulta para moldar-se às regras do mundo adulto. Tudo é do adulto, e por isso, a criança deve comportar-se bem, manter-se em silêncio, sem tocar em coisa alguma porque nada lhe pertence. Tudo é inviolável, propriedade exclusiva do adulto, vedado à criança.

“A escola precisa ressurgir com seu sentido lúdico”

Vivendo neste mundo onde nada lhe pertence, onde o adulto exerce uma autoridade natural, sobra-lhe pouco espaço para exercer sua cidadania. Contestar a rebeldia natural da criança é inculcar-lhe passividade, o silêncio diante de suas inconformidades e, mais do que isto, impedi-la de ser um cidadão que opiná livremente para colocar suas idéias, que participa das decisões e, através desse exercício, se torna capaz de inovar, conceber alternativas e criar formas não dominadoras de poder. Isto não quer dizer que o mundo dos adultos tenha que ser substituído por um

mundo das crianças, mas sim a tentativa de respeitar as diferenças sem gerar desigualdades, buscando o equilíbrio democrático, criativo e combatente tão necessário para a construção de uma sociedade mais justa.

Todo esse desprezo pela infância no mundo dos adultos não seria tão terrível se as instituições de ensino formal tentassem oferecer um ambiente e situações onde a criança pudesse de fato ser criança. No entanto, sabe-se que a criança nem sempre é o centro do processo educacional.

Segundo Piaget, a finalidade da educação deve ser a de desenvolver a autonomia da criança. No entanto, a prática mostra que as escolas ensinam tradicionalmente a obediência e as respostas decoradas. Assim, evitam o desenvolvimento da autonomia das crianças, reforçando sua heteronomia com recompensas ou sanções que as mantêm sob controle e conformadas. Dessa forma, muito cedo as crianças se convencem de que a verdade advém somente da cabeça do adulto e, assim, a escola sufoca a infância, exercendo uma autoridade despótica, contrária ao direito de buscar e experimentar próprios da criança e, apesar de querer formar adultos, infantiliza para sempre os que lhe são confiados e agrava o fosso existente entre o ensinante e o ensinado, o trabalho e o lazer, o adulto e criança. Por isso, fica destruído na criança o verdadeiro sentido da escola (que originalmente que dizer lugar de brinquedo, de alegria).

Diante disso, a escola precisa ressurgir com seu sentido lúdico, tão importante para a saúde mental do ser humano e, longe de ser um passatempo ou diversão, é uma ação inerente à criança que aparece sempre na direção de algum conhecimento.



Liége Lana Brusius

São objetivos da educação lúdica: a estimulação das relações cognitivas, afetivas, verbais, psicomotoras e sociais, a medição socializadora do conhecimento; e a provocação para uma reação ativa, crítica, criativa dos alunos, fazendo do ato de educar um compromisso consciente, intencional e modificador da sociedade.

Perguntar por que a criança brinca é perguntar por que é criança, pois o jogo e o brinquedo são o centro da infância e, longe de ser uma atividade sem sentidos, onde se pensa que ao brincar a criança não faz nada, essa atividade cumpre um papel fundamental, pois é através dela que a criança molda a si mesma e organiza sua própria história, coordenando esquemas mentais e afetivos. Ao passo que o jogo/brinquedo adulto carece de seriedade por ser uma atividade secundária, o jogo/brinquedo da criança é absolutamente sério, onde ela se revela inteiramente, objetivando a afirmação do seu eu. O adulto vê na brincadeira da criança apenas um passatempo, reafirma sua autoridade natural, fazendo a criança se sentir pequena, fraca, esmagada pela grandeza dos adultos.

Hoje se sabe que o brincar tem função essencial no processo de desenvolvimento da criança, principalmente nos primeiros anos de vida. Ela brinca para conhe-

cer outros em suas relações recíprocas, para aprender as normas sociais do comportamento, os hábitos determinados pela cultura e o uso cultural dos objetos, para desenvolver a linguagem e a narrativa e para trabalhar com o imaginário.

Receia-se que a tendência de diminuir o tempo e o espaço do brincar da criança conduza à formação de personalidades sufocadas. Quanto mais se quer “adultizar” a criança, seja em casa ou numa instituição de ensino, tanto menos a deixaremos ser criança no tempo de sê-lo.

Para atingir tal objetivo, impõe-se resgatar o verdadeiro sentido da infância e o seu espaço social, destacar o papel da educação no desenvolvimento da personalidade autônoma, como também propor o brinquedo como alternativa ímpar para tal.

“É através da brincadeira que a criança molda a si mesma”.

Por tudo isso, devemos perceber a criança não como um adulto em miniatura, mas como um ser específico que desenvolve lógica, moral e cultura própria. Se continuarmos a tratá-la como miniatura, estaremos bloqueando sua infância e, conseqüentemente, sua vida adulta, pois estaremos esquecendo o impulso humano que leva a criança a crescer, a buscar, a arriscar, a imitar os “grandes” e através disso, formar sua personalidade.

Espera-se que o adulto não perca de vista a criança que está dentro de si para poder libertá-la e, através disso, libertar para a vida as crianças que o destino lhe confiou.

Texto espontâneo: uma alternativa pedagógica na primeira série

A produção de textos pode se tornar uma tarefa menos angustiante para os alunos, desde que professores passem a questionar a metodologia que aplicam e adotem uma nova maneira de trabalhar este tipo de atividade em sala de aula. O texto espontâneo é a alternativa proposta por Maria Célia da Silva, do curso de Pedagogia, em seu Trabalho de Conclusão. A orientadora foi Linei Maria Cruz Dreher.

Um dos graves problemas que atingem os estudantes do 1º e 2º Graus e, principalmente, os candidatos que prestam as provas de ingresso no 3º Grau é a qualidade dos textos e redações escolares. A elaboração de textos para muitos alunos pode ser uma atividade prazerosa, mas em sua maioria é angustiante, uma vez que se colocam frente à elaboração do texto como um elemento totalmente desconhecido, originando as mais diversas reações nos alunos devido à insegurança no momento de expressar suas idéias.

Os vários fatores que contribuem para a problemática da produção textual apontam, além da má qualidade, um índice mínimo de compreensão, formação deficiente dos docentes, falta de uma metodologia adequada e criativa, falta de oportunidades para o "fazer" textos da sala de aula e a escrita de textos já nas décadas iniciais.

A forma rigorosa com que os textos têm sido avaliados pelos docentes causa pânico nos estudantes no momento de elaborá-los. Por outro lado, esta ansiedade, muitas vezes, decorre de uma deficiência ocorrida no período de alfabetização, onde o primeiro interlocutor foi um "fiscal" constante e um "censurador" da escrita da crian-

ça, provocando medos e angústias. Em vista disso, muitos docentes são levados a questionar a metodologia que usam, bem como, em poucos casos, a estudar e buscar fundamentação teórica para reverter este quadro.

"Evidencia-se o despreparo dos professores para o ensino da língua portuguesa nas séries iniciais"

Evidencia-se o despreparo dos professores alfabetizadores para o ensino da língua portuguesa nas séries iniciais, visto não conhecerem os fundamentos lingüísticos que os auxiliarão a produzir um estudo mais metódico, mais adequado e eficiente na aquisição das habilidades de ler e escrever. Na verdade, o professor alfabetizador deve conhecer muito mais sobre a língua do que ele pode transmitir. Indispensável será também, num planejamento, o conhecimento seguro da realidade fonológica da língua, bem como os diversos aspectos gramaticais e lexicais que deverão ser considerados tanto na linguagem oral como na linguagem escrita.

Para sanar as dificuldades apresentadas, recomenda-se um trabalho cooperativo entre "os professores de língua portuguesa das séries iniciais e os pedagogos para juntos conceberem e construir uma proposta de língua portuguesa desde a pré-escola até a quarta série do 1º Grau" (Flores, 1993).

Sabe-se que a criança, quando ingressa na escola, já dispõe de uma grande quantidade de regras de sua língua. Tráz consigo uma bagagem intelectual que construiu através



Maria Célia da Silva

da interação com as crianças e adultos, além do êxito em comunicar-se. Percebe-se desta forma que, para a criança adquirir o gosto pela leitura a escrita, é importante que ela tenha contato com materiais escritos antes de ingressar na escola, onde estes farão parte dos seus brinquedos diários. Todavia, grande parte das crianças que ingressam nas escolas pertencem a uma realidade diferente onde, por motivos alheios à sua vontade, não têm acesso aos materiais de leitura.

Sugere-se, então, que nessa fase inicial de aquisição da escrita, a criança seja envolvida no mesmo clima de aceitação que teve ao falar. Deve receber elogios pelo que já aprendeu e pelo que já é capaz de produzir. E tanto o professor como os pais devem se esmerar na apreciação do conteúdo produzido, ou seja, devem examinar o que a criança escreve em termos de mensagem (conteúdo), e não de correção ortográfica.

Cabe à escola o desafio de trabalhar, ao longo das demais séries, os aspectos convencionais e formais necessários para que o aprendiz da escrita possa se tornar um usuário capaz dessa modalidade da língua. O professor deve oportunizar situações de interação e liberdade para que as crianças escrevam seus textos na ex-

tensão que desejarem, utilizando-se de hipóteses e da auto-correção que já usavam quando aprenderam a falar (escrita livre, um passeio, um filme).

Desta forma, a escrita espontânea será uma atividade fascinante para as crianças, porque sabem que as suas produções serão valorizadas tanto na escola como na família, não representando tão somente objetos de avaliação. Essa metodologia proporcionará a produção de textos motivados e significativos, elaborados pelas crianças num ambiente rico, onde a disciplina é construída pela própria dinâmica do processo, sem imposições ou silêncios constrangedores, onde a língua escrita entra na vida das crianças como mais uma de suas experiências reais.

"É tarefa do professor levar o aluno à independência"

É tarefa do professor levar o aluno à independência, isto é, capacitá-lo a extrair e construir o conhecimento a partir de materiais e recursos instrucionais, visto que a aprendizagem é causada, basicamente, pela ação do próprio ser que aprende.

Para o pleno êxito do processo de aprender a ler e escrever, propõe-se a produção de um texto sempre a partir da narrativa da criança, onde a linguagem escrita desempenhará a função social, uma vez que mantém intercâmbio entre as pessoas. Nesse sentido, o professor alfabetizador deve possuir competência, conhecimentos, habilidade e comprometimentos com o ensino da língua "materna" e com o ato de professor.

Proposta de atividades para adequação de Educação Ambiental no currículo por atividades da 1ª a 4ª séries do 1º Grau

A proposta da academia de Pedagogia Helena Breyer é ampliar a abrangência da Educação Ambiental nas séries iniciais. Através do currículo escolar é possível tornar as pessoas mais sensíveis para os problemas do meio ambiente. A professora Zênia Maria Heller foi a orientadora.

A Educação Ambiental tem sido aplicada de uma maneira muito tímida, deixando de ser explorada na abrangência devida e, desta forma, não acontecendo uma interação consciente e profunda do homem com a natureza. Acredita-se que chegou o momento de nos tornarmos sensíveis à realidade do ambiente e, através da escola e do seu currículo, adequar a Educação Ambiental, porque o caminho pedagógico encurta distâncias para uma prática voltada ao ambiente natural e sócio-cultural e aos problemas da comunidade.

“A Educação Ambiental tem sido aplicada de maneira muito tímida”.

Assim como em outros países, também aqui foram e são realizados muitos estudos sobre o meio ambiente e a melhor forma de atingir a população é envolvê-la de maneira permanente na questão ambiental. Todos esses estudos indicaram um caminho comum, ou seja, o da educação.

Nosso povo vive um momento importante em relação ao meio ambiente porque está despertando, não somente para questões ambientais menores, mas para a conscientização da importância dos recursos naturais para o povo brasileiro e para a humanidade. Começa-se perceber que há necessidade de controle e preservação dos recursos renováveis



Helena Breyer

e não renováveis.

Além disto, a Educação Ambiental tem seu foco centrado no homem, nas suas relações com o meio e nas conseqüências dessas relações para o próprio homem, e as demais espécies de planeta. Isto quer dizer que trabalha com o ambiente de forma integrada, de tal maneira que as pessoas sintam uma afinidade real com a natureza, provocando a médio e longo prazo, mudança social.

O grande veículo para se chegar às crianças e aos jovens é despertar nelas as sensações valorativas que lhes permitam perceber o belo e o bom. É através da escola e de um processo de ensino-aprendizagem, que tenha seu currículo intimamente relacionado com a educação ambiental, que se pode adquirir na escola o saber utilizado na forma de conteúdo e programa de ensino.

O ato de educar, de ensinar, não ocorre isoladamente, mas parte das aptidões naturais de cada indivíduo, cabendo ao professor orientar e aprimorá-las. Mas para que isto ocorra é necessário que haja uma conscientização e ação dos responsáveis pelos conteúdos didáticos no inter-relacionamento do currículo com os conteúdos da Educação Ambiental,

possibilitando assim uma melhor compreensão e aceitação por parte dos alunos.

A proposta é dirigida para as atividades extraclasse, que nem sempre são bem exploradas em termos de ensino-aprendizagem. Assim, a opção pode sugerir para as séries iniciais, com base em Noris Salazar de Inzaguirre, um trabalho extraclasse que oportunize aprendizagem em três momentos, ou seja o antes, o durante e o depois. A elaboração do planejamento tem como partida um tema gerador surgido do diálogo com alunos.

“Nosso povo vive um momento importante em relação ao meio ambiente”.

O tema abordado é de interesse especial para estudantes do Magistério, acadêmicos de Pedagogia, professores das séries iniciais e todos aqueles que trabalham em educação, porque propõe atividades e oferece uma sugestão para a prática da Educação Ambiental, vinculada ao currículo.

É importante que os professores envolvidos nessa atividade tenham sempre presente: a fase de desenvolvimento em que se encontram os alunos, sua situação sócio-cultural e econômica, as experiências anteriores e seu nível de escolaridade. Isto porque há necessidade de um atendimento individualizado para que o aluno possa executar os planos que estabelece para si nessa atividade conjunta e desta forma auto-realizar-se na execução da experiência. Os professores deverão ter sempre presente que as decisões, ao longo do processo, não poderão ser tomadas de forma unilateral, mas conjuntamente: professor e aluno.

Uma criança do ensino fundamental é capaz de produzir uma narrativa escrita?

Sob a orientação da professora Noely Klein Varella, Eunice Silva aborda em seu Trabalho de Conclusão a tarefa essencial de ensinar à criança os métodos para o desenvolvimento de um texto narrativo.

Uma das questões levantadas pelos alfabetizadores relaciona-se às habilidades requeridas para a produção de texto escrito. Observa-se que, geralmente, a prática pedagógica de alfabetização adotada está condicionada à elaboração de frases isoladas ou cópia de textos não significativos, constituindo um ensino fragmentado da língua. O professor se restringe a trabalhar somente com recursos típicos da linguagem escrita.

“Desde pequenas as crianças narram suas vivências oralmente”.

A tarefa essencial consiste em ensinar à criança algo que ela sabe, ou seja, contar histórias, o que já conhece na modalidade oral. Um dos tipos de texto mais utilizado na escola é o narrativo e é indício de uma nova relação da criança com a linguagem. Esta tipologia textual ultimamente tem sido motivo para estudos e pesquisas tanto na área de língua como na de pedagogia, que tem se preocupado com o processo de sua aquisição pelas crianças das séries iniciais. Observa-se que não há consenso quanto aos componentes da narrativa. Existem autores que diferem em sua concepção a respeito.

Narrar é um ato natural dos indivíduos que convivem socialmente. Desde pequenas as crianças narram suas vivências oralmente, mostrando que este é um tipo de discurso cujas estruturas mínimas já foram adquiridas em interação com o adulto e a partir do diálogo nos anos que antecedem a alfabetização. Para narrar de forma escrita o processo também pode ser natural, desde que haja experiências signifi-



Eunice Silva

cativas para as crianças. Ao iniciarem suas primeiras tentativas de escrita, as crianças demonstram uma lógica e um processo de aquisição nas suas produções.

Apesar dos estudos realizados nesta área, a escola parece ignorar ainda esta importante atividade discursiva. Percebe-se uma prática escolar artificial e mecanicista, onde as crianças são levadas a fazer cópias de textos sem significado e, ainda, não se admite que se crie ou escreva de forma espontânea.

É imprescindível que o alfabetizador oportunize aos seus alunos a interação com portadores de escrita desde o início da 1ª série e os desafie para tentar escrever seus próprios textos. Considera-se que a metodologia que oportuniza às crianças escrever espontaneamente suas idéias contribui para que elas acreditem que são capazes, não transferindo o saber para o professor ou outro adulto já alfabetizado, para que construam suas hipóteses sobre a escrita sem medo de errar e para que conheçam a função social da escrita como registro e difusão de suas idéias e para que gostem de escrever.

A interferência e a orientação do alfabetizador são importantíssimas para que a criança vá adquirindo a linguagem escrita-padrão. Ele pode oportunizar às crianças o contato

com diversos portadores de escrita (livros, revistas, jornais, cartazes, rótulos, bulas, etc) para que observem os diferentes tipos de textos e construam seus próprios conhecimentos a respeito de cada um deles. Entende-se que há necessidade de oportunizar às crianças que se expressem livremente, com criatividade e prazer, mesmo que seu texto escrito apresente muitos erros em relação ao modelo adulto.

“A criança consegue desenvolver o texto narrativo quando é um ato natural, sem censura”.

Considera-se, assim o direito que as crianças têm de serem respeitadas ao produzirem seus textos escritos e orientadas para adquirirem a linguagem padrão, observando-se seu processo singular. A interação com a leitura e a escrita é imprescindível para as crianças, especialmente aquelas provenientes de ambientes mais pobres, onde não ocorre o uso social da língua escrita. A experiência de escrever deve fazer parte da vida das crianças diariamente.

Assim, acredita-se que a escola deveria ser um local onde as crianças vivessem a escrita, mergulhassem num mundo de atividades onde possam registrar suas experiências de vida com alegria, prazer e conhecimento.

Conclui-se que um fator que muito contribui para o desenvolvimento da narrativa é o gosto pela escrita e o interesse pela leitura de histórias infantis. Requer-se do professor oportunizar situações de escrita e aceitar, respeitar, compreender e observar o processo de aquisição da narrativa pela criança.

A criança consegue, pois, desenvolver o tipo de texto narrativo, quando é um ato natural, sem censura, correções ou imposição de um estilo que não seja o seu.

Análise de balanços comparativa

A concorrência, fundamentalmente, está obrigando as empresas a se modernizarem e aprimorarem procedimentos internos, tornando-se mais competitivas e lucrativas no mercado atual. Uma análise desta situação é apresentada por Régis Soares Coelho, do curso de Ciências Contábeis. O seu trabalho teve orientação do professor Jorge Bento de Souza.

No início, as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares. Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência, houve a necessidade da empresa ampliar as suas instalações fabris e administrativas, investir no seu desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, principalmente visando à redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos os seus produtos no mercado.

Entretanto, para processar todas essas mudanças seria necessário um volume de recursos considerável, impossível de conseguir somente do lucro das empresas ou do patrimônio de seus proprietários. Por conseguinte, as empresas tiveram que captar esses recursos junto a terceiros, mediante empréstimos bancários a longo prazo e/ou abrindo o seu capital social para os acionistas.



Régis Coelho

desprezando-se a influência do fator inflacionário.

Uma das vantagens da análise comparativa é a possibilidade de podermos avaliar os diferentes resultados indicativos das políticas, critérios e práticas administrativas, tomando por base os indicadores do setor. As comparações em análise estão baseadas em quatro pontos fundamentais:

- Nível de crescimento = Através das análises horizontal e vertical se determina a performance das empresas.

- Liquidez = Através das aplicações do Índice de Liquidez Imediata, Liquidez Circulante, Liquidez Geral e Solvência, se determina a capacidade de liquidação e solvência das empresas.

- Endividamento ou estrutura de capitais = Neste conjunto de fórmulas se determina o nível de endividamento da empresa, assim como a estrutura dos capitais, identificando os Recursos de Terceiros e os Capitais Próprios.

- Rentabilidade = Através de um conjunto de fórmulas, é possível determinar a rentabilidade operacional e líquida das operações da empresa. Também é possível medir e avaliar o índice de retorno sobre o capital próprio.

“Uma das vantagens é poder avaliar os diferentes resultados”

Além destes conjuntos de análise, ainda é possível aplicar algumas fórmulas para avaliação de gestão, como prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento, prazo de renovação dos estoques, etc. Depois de perfilar diversos índices de empresas do mesmo ramo, bem como os índices médios do setor, é possível determinar, com bastante grau de certeza, a posição econômica e financeira das empresas comparativamente analisadas.

“Ajustam-se os demonstrativos a uma moeda constante, como o dólar americano”

É evidente que, para estes futuros investimentos, era de grande interesse conhecer a posição patrimonial, a capacidade financeira e a capacidade de gerar lucros na empresa. E a melhor forma do investidor obter essas informações é através da análise das demonstrações financeiras.

Neste sentido, o Banco Central do Brasil, por meio de circular nº 179 de 11/05/72, emitiu instrução disciplinando a apresentação do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo de Resultados. Já pela Lei das Sociedades Anônimas, nº 6404 de 15/12/76, houve uma melhoria considerável no tocante à apresentação das Demonstrações Financeiras.

Partindo das informações contidas nas Demonstrações Financeiras, o analista pode, através da aplicação de um conjunto de índices, avaliar e emitir uma opinião a respeito da situação econômica, financeira e patrimonial da empresa. Normalmente, o trabalho se desenvolve com base em três exercícios da empresa, isto porque somente o último exercício não dá uma idéia de evolução ou regressão da empresa sob análise. Para uma melhor avaliação, ajustam-se os demonstrativos a uma moeda constante, habitualmente, o dólar americano. Assim, todos os exercícios ficam sistematicamente comparáveis,

Empresas com turnos de revezamento

Demonstrar as vantagens da utilização dos turnos de revezamento foi o objetivo do trabalho apresentado por Maria Dolores Pasquali, orientada por Zósimo Aúreo Both. Através de pesquisas, estudos e cálculos, ela mostrou que o principal ganho está na redução dos custos a partir do aumento da produção.

Na fase difícil que o país atravessa, manter a empresa torna-se cada vez mais trabalhoso para quem está gerindo o negócio. E, se a tarefa de administrar por si só já é difícil, muito mais se torna quando a economia atravessa momentos de turbulência, principalmente para aquelas empresas que trabalham com os chamados turnos de revezamento. Com suas responsabilidades dobradas, elas necessitam estar muito bem estruturadas para fazer frente às circunstâncias de mercado.

Foi com base neste contexto que elaboramos nosso Trabalho de Conclusão, objetivando apontar as vantagens dos turnos contínuos ou de revezamento em relação ao turno único adotado pela maior parte das empresas da nossa região.

Nosso trabalho se baseou em pesquisas realizadas junto a empresas que utilizam os turnos contínuos e algumas que trabalham com turnos ininterruptos, este último sistema encontrado principalmente em empresas que operam com caldeiras, como curtumes, indústrias de celulose e outras.

“A grande vantagem dos turnos de revezamento está na possibilidade de diluir custos”

Visando a ater-nos com maior profundidade a utilização dos turnos de revezamento, colhemos entrevistas com empresários, administradores e funcionários que no seu dia a dia possuem contato com este sistema de trabalho.

Para demonstrar na prática as vantagens da distribuição dos funcionários por turnos de revezamento, elaboramos quadros demonstrativos dos dados reais de custo de produção de calçados em um determinado mês. A conclusão a



Maria Dolores Pasquali

que se chegou é que este sistema torna-se interessante para a empresa, principalmente pelo fato de permitir a diluição dos custos fixos em dois ou mais turnos, descarregando seus encargos em 12 ou 24 horas de produção. Desta maneira, os custos de produção incidem em menor proporção sobre o preço de venda, dando maior competitividade para ao produto.

Outras vantagens também advêm diretamente da utilização dos turnos de revezamento. Uma delas é a que permite à empresa aumentar sua produção sem necessidade de grandes investimentos no imobilizado, a não ser em mão de obra. É uma forma de ocupar prédios e equipamentos, os quais permanecem “dormindo” boa parte do tempo se a empresa trabalha em turno único.

Os cálculos demonstrados, embora variem de empresa para empresa, mostram que na prática é grande a vantagem da empresa dividir a jornada de trabalho em turnos, pois quanto mais ela produzir, menor será o peso dos seus custos de produção. Além do mais, ela estará favorecendo a oferta de novos empregos e aumentando a arrecadação de impostos, junto com uma série de outros benefícios que estará gerando para si e para o meio que a cerca.

Maior produção, redução de gastos e aumento dos lucros o objetivo que persegue a maior parte das empresas. A adoção dos turnos de revezamento tende a ser um importante mecanismo que elas podem utilizar para alcançar suas boas metas, principalmente num país onde o poder público arranca grande soma de recursos, cujo retorno deixa muito a desejar.

Creche industrial

A implantação de creches nas empresas, como forma de propiciar maior tranquilidade às mães funcionárias e, por conseguinte, aumentar a sua produtividade no trabalho, foi a proposta desenvolvida por Marlise Lang. Orientada pelo professor Ernest Sarlet, ela mostrou as diversas etapas que necessitam ser preenchidas para criação de uma instituição pré-escolar no ambiente empresarial.

As mudanças sociais ocorridas em decorrência das novas estruturas de trabalho afetaram profundamente a organização familiar e provocaram o afastamento da figura materna, que passou a deixar a casa e os filhos para trabalhar fora. A mulher operária, como também a mulher de classe média, procuram o trabalho como recurso para aumentar a renda familiar e se afastam por esta razão do convívio de seus filhos, muitas vezes também como motivo de afirmação pessoal, que os novos valores da sociedade tornaram importante.

Portanto, há que se pensar em construir espaços e montá-los de tal forma que se constituam AMBIENTES ESPECIAIS DE EDUCAR CRIANÇAS, oferecendo a estas tudo o que necessitam para desenvolverem-se integral e harmoniosamente, seja no aspecto físico, psicológico, biológico, social, intelectual e afetivo.

“Há que se pensar em construir espaços que se constituam em ambientes especiais de educar crianças”

O objetivo final da implantação de uma creche industrial deve ser o de oferecer às mães-funcionárias maior segurança e tranquilidade durante o horário de trabalho, dando lhes a certeza de que seus filhos estão plenamente atendidos em suas mais diversas necessidades.

Para um modelo ideal de uma creche industrial, o projeto de instalação deve ser de acordo com as normas gerais de funcionamento de estabelecimentos de cuidado às crianças de 0 a 6 anos, conforme exigências da Secretaria de Saúde e do Meio Ambiente (SSMA), observando-se também toda documentação e demais procedimentos necessários. Tal conduta encontra-se fundamentada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quanto às condições essenciais para funcionamento, é imprescindível observar alguns pontos, tais como a segurança e prevenção de acidentes, higiene e saúde, organização e funcionalidade, estética, entre outros.

Procuramos em nosso trabalho focalizar os aspectos gerais que envolvem a instalação de uma creche industrial, desde o terreno e o prédio, até especificações de caráter estrutural e funcional, bem como uma análise da viabilidade financeira de tal empreendimento.

No que se refere às instalações e equipamentos de uso específico, uma instituição pré-escolar deve estar dividida em áreas de uso para a criança, áreas administrativas e áreas



Marlise Lang

de serviço. Destacamos assim os tipos de equipamentos específicos, áreas mínimas em proporção ao número de usuários, localizações ideais, ventilação, solarização e todo material de apoio psicopedagógico necessário.

É preciso também um quadro de pessoal preparado para este tipo de serviço, distribuído em atribuições específicas. Da mesma forma, se faz necessário um exato acompanhamento da relação custo-criança, através de fórmulas de cálculo que permitam precisar o custo com material de consumo anual e as despesas com pessoal e alimentação.

Em nosso trabalho, procuramos igualmente abordar aspectos relacionados à organização e funcionamento administrativo, como os requisitos para ingresso, número de clientela e suas contribuições.

Quanto às atividades psicopedagógicas a serem desenvolvidas, citamos a importância do brinquedo na saúde mental da criança, os tipos de estimulação e rotinas diárias específicas para cada faixa etária, a importância do desenvolvimento psicomotor e a formação de hábitos.

“O objetivo final de uma creche industrial deve ser o de oferecer maior tranquilidade e segurança às mães funcionárias”

Apresentamos modelos de fichas de matrículas, entrevistas médicas e psicológicas, bem como avaliações do desenvolvimento da criança. Mostramos lay-outs de plantas e equipamentos específicos e as requisições necessárias para implantação de uma creche industrial.

Nosso objetivo foi retratar uma concepção de instituição pré-escolar ideal, embora a realidade da educação brasileira por vezes não corresponda a este modelo. No entanto, em algumas instituições, tanto em nível público como particular, já há várias iniciativas que mostram a viabilidade da nossa proposta.

O trabalho do educador na escola multisseriada

Com a orientação da professora Lorena Maria de Quadros Stein, a acadêmica Ângela Maria Sprandel Rodrigues, do curso de Pedagogia, abordou em seu Trabalho de Conclusão os problemas enfrentados pelo educador na escola multisseriada, dando ênfase ao valor deste processo educacional, assim como às dificuldades que enfrenta nesta atividade.

A atuação por quatro anos numa escola multisseriada é tempo suficiente para perceber as dificuldades pelas quais passa o educador que se dispõe a realizar nela um bom trabalho. Daí a importância do "Trabalho do Educador na Escola Multisseriada", que procura mostrar aos outros professores e Secretarias de Educação o valor que tem este tipo de escola e o muito que pode fazer o educador que está convicto da sua missão, através da dedicação, do amor, do respeito e do seu comprometimento com a educação pelo ser humano.

Por Escola Multisseriada entende-se aquela que funciona de 1ª a 4ª séries e que possui apenas um educador que atende as quatro ou cinco séries simultaneamente num mesmo turno ou em dois turnos. A divisão das séries em dois turnos só é possível se o número de educandos for maior que o estipulado pelas Secretarias de Educação, que varia de município para município.

Na Escola Multisseriada o professor desempenha muitas funções. A mais importante, sem dúvida é ser educador, pois precisa ser original no seu agir e na sua ação educativa. É professor, lã, amor, esperança, humildade e sabedoria, buscando com estes dons o surgimento de um espaço mais humano, justo, que respeite todo indivíduo que busca a verdadeira educação, aquela que dá satisfação, que respeita, que humaniza e que ensina como amar as pessoas e o mundo.

Na Escola Multisseriada, além de ser educador, o professor precisa ser diretor, servente e cozinheiro, amigo, conselheiro, secretário, orientador educacional, supervisor, porteiro, etc. O que deveria deixar os homens públicos com vergonha é o fato de pessoas formadas, muitas vezes com diploma universitário, varrerem e lavarem escola. Sem desmerecer a dignidade da tarefa, mas seria interessante ver um prefeito ou vereador lavando ou varrendo a prefeitura ou a Câmara, dando uma folga para suas serventes.

Isto não quer dizer que fazer merenda e outros serviços não seja importante e que por se ter um diploma universitário não se possa desempenhar tais tarefas. O que não pode acontecer é continuar "inchando" as prefeituras ou outros órgãos estaduais com pessoas que, na maioria das vezes, não têm o que fazer e ficam lá



Ângela Rodrigues

sentadas ou caminhando de um lado para outro, enquanto um educador que desempenha a função extremamente importante, sendo responsável pela educação de futuros prefeitos e vereadores, precisa atender quatro ou cinco séries, fazer merenda, realizar serviço de secretaria, varrer, capinar, etc.

"Interessante seria ver um prefeito ou vereador varrendo e lavando a prefeitura e a Câmara"

O educador precisa reconhecer seu valor, sabendo valorizar-se e fazendo com que os homens públicos comecem a mudar esta realidade. O trabalho do educador na Escola Multisseriada exige dele muito interesse e esforço. Exige disposição para enfrentar todo tipo de problemas que possam aparecer. Além dos problemas com educandos, pais, comunidade, Secretaria de Educação, conta com outros mais sérios, e mais difíceis de serem resolvidos. Um deles é o atendimento simultâneo das séries, que não tem como ser resolvido. Pode apenas ser amenizado com a divisão das turmas em dois turnos, facilitando um pouco o trabalho. Solucionar por completo, nem pensar, pois esta é a característica principal da Escola Multisseriada. Ao educador da Escola Multisseriada ficam algumas sugestões de como facilitar seu trabalho, como a Aula Integrada, o Jogo da Vida, a Correspondência Interescolar, os Cantos das Atividades, que servirão de apoio às aulas, tornando-as, desta forma, um pouco mais dinâmicas e participativas.

A relação educador-educando-comunidade escolar é de vital importância no processo pedagógico e na transformação social. No decorrer de seu trabalho, o educa-

dor precisa encontrar as melhores maneiras de relacionar-se bem com os educandos e também com a comunidade escolar.

O educador encontra na Escola Multisseriada condições favoráveis para desenvolver todos os projetos que tem como objetivo, porém, o principal é tornar seus educandos adultos conscientes, responsáveis, sujeitos ativos na sociedade, mais realizados e felizes. Aprenderem a se preocuparem não só consigo mesmos, mas com os outros, a gostarem e a se interessarem pela escola e pela sociedade, trabalhando para o seu crescimento, são meta primordial.

"Na Escola Multisseriada o educador desempenha muitas funções"

Um projeto de vital importância é o que diz respeito à ecologia. Muito se ouve falar nisso, mas pouco se percebe de atitudes concretas de respeito à natureza. Pode-se criar na Escola Multisseriada hortas e jardins que servem como preparação para o trabalho, lazer e consciência ecológica. É no trabalho na horta ou no jardim escolar que os educandos, imbuídos de um forte desejo de trabalhar, desenvolvendo a criatividade, aprenderão a base para se tornarem verdadeiros cidadãos, que saibam ou pelo menos conheçam atividades que os homens podem realizar para produzirem um pouco mais sua cultura.

Neste sentido, o trabalho na Escola Multisseriada é uma sementeira que mais tarde produzirá bons frutos. Apesar das dificuldades encontradas pelo educador e também das múltiplas atribuições que desempenha ao mesmo tempo, ele realiza um excelente trabalho ao se valer de sugestões e técnicas que facilitam a aprendizagem de seus educandos. O fato de ser o único responsável pela escola torna-o mais encorajado na luta para transformá-la num espaço de vida e trabalho, onde se ensinam os educandos a amar o mundo e a tudo que faz parte dele.

Através dos projetos lá desenvolvidos, os educandos se tornarão cidadãos possuidores de uma nova visão de mundo, onde o amor é o único vínculo entre as pessoas, para que ele se torne um lugar mais feliz.

Para conseguir isto, os educadores precisam descruzar os braços e começar a mudar o que está errado na educação, antes que seja tarde demais, enfrentando com muita coragem os problemas da vida, não esquecendo que ela é, sobretudo, luta por conquistas.

As responsabilidades do educador na sociedade atual

Sendo a educação um processo permanente, o papel do educador é determinante para sua implementação. "A responsabilidade do educador na sociedade atual" foi o tema abordado por Flávia Corso, do Curso de Pedagogia, orientada pelo professor Jussemar da Silva.

A análise reflexiva sobre as responsabilidades do educador na sociedade atual é um tema bastante polêmico e discutido hoje devido à complexidade do processo de aprendizagem de nossas crianças. É um assunto que envolve o cotidiano escolar e repercute no futuro desta nossa sociedade tão marginalizante.

Sabemos que a educação é um processo permanente e em constante desenvolvimento. Por isto, devemos estar sempre abertos, reformulando nossas idéias, aproveitando as capacidades naturais, atendendo aos anseios da auto-realização humana no decurso de sua existência.

O ato de educar pretende tornar nossas crianças futuros adultos, críticos, autônomos e responsáveis, proporcionando elementos fundamentais para a construção de um mundo fraterno e maduro, respaldado nos conteúdos fundamentais da educação voltada para o preparo para a vida social e centrada numa sabedoria que procura chegar à harmonia coletiva.

Tal processo pressupõe diversas etapas, como: O que é educação? O que é ensino? Quais seus princípios? Que conteúdos desenvolver com meu aluno? Quais os objetivos mais adequados a cada situação de ensino? O que é motivação? Como avaliar?

A seguir impõe-se o posicionamento do educador: suas atitudes para com o educando, sua formação, o porquê de ser educador, qual seu compromisso político no ato de educar? Quais são seus projetos em relação aos educandos? Como deve ser o seu relacionamento com eles? O que nos leva a ser cidadãos auto-realizados?

O verdadeiro ato de educar é gerador de vida. O educador que realmente ensina se percebe como pessoa. Para isto, ele deseja que seus alunos tam-



Flávia Corso

bém sejam pessoas sábias, para que possam viver plenamente a vida na relação com seus semelhantes.

"Todo educador é um mestre da vida e do saber".

O educador deve oportunizar aos educandos momentos em que eles possam expressar-se, perder o medo de agir, pois todos nós temos o direito de participar na construção do saber. É preciso fazer da escola um lugar de realizações agradáveis e da educação algo que propicie ao aluno uma experiência estimulante de pensamento, de reflexão, de análise crítica, de descoberta, de discussão a partir do estudo de fatos relevantes e significativos.

Então, é preciso que o educador se pergunte como tornar importante cada atividade, cada tarefa, cada proposta para a vida do seu aluno. Ao entrar em sala de aula, o educador deve ter seus objetivos bem delineados e claros, com consciência do que deseja alcançar com seus alunos, ajudando-os na descoberta e na vivência dos seus valores.

Os conteúdos devem retratar a experiência social da humanidade no que se refere a conhecimentos e modos de ação, transformando-se em alicerces a partir dos quais os alunos assimilam, compreendem e enfrentam as exigências teóricas e práticas da vida social

que é fruto do trabalho humano, da atividade produtiva, científica e cultural de muitas gerações.

A avaliação deve resgatar o essencial valor do cotidiano, possibilitando a reconstrução do significado dos fatos a partir da problematização da vivência de cada um. Reduzindo a avaliação ao nível da reconstrução do saber estrutura-se uma perspectiva construtivista e libertadora. Todo educador é um mestre da vida e do saber. Mestre porque é homem de fé, que acredita em si e nos outros, que confia e ama seus discípulos. Deseja que seus discípulos também possam ser mestres, o que só se torna possível através de um diálogo interminável.

Visando a uma prática escolar mais articulada com a realidade dos educandos e também mais comprometida com seus interesses e necessidades históricas, evitando tornar os educandos meros objetos, passíveis perante as ideologias, há que se rever, então, a atuação dos educadores. Como está seu agir para tornar nossa sociedade mais participativa, crítica e transformadora?

Os conteúdos devem retratar a experiência social de humanidade".

Em suma, a tarefa do educador, por maior que seja sua bagagem de conhecimentos, é cada vez mais árdua e delicada, pois, acima de tudo, tem em suas mãos seres humanos que cada vez se apresentam com diferenças mais marcantes, sejam elas políticas, sociais, econômicas ou culturais. O ato de educar implica toda uma habilidade de tratar individualidades - educador é antes de tudo pessoa e não mero transmissor de conteúdos.

Evidentemente, constata-se que muitos aspectos ficam ainda pendentes ou carentes de um maior aprofundamento, porém, o essencial é que se impõe ao educador muita competência profissional e clara consciência social para que seu exercício profissional seja coerente e profícuo.

Rotinas trabalhistas num escritório contábil

O aumento dos conflitos entre empregados e empregadores exige do profissional contabilista capacitação cada vez maior na área trabalhista. Objetivando trazer subsídios nos aspectos teóricos e práticos, a aluna Cristiane Dreher realizou o seu Trabalho de Conclusão, onde focaliza as principais rotinas trabalhistas no dia-a-dia de um escritório contábil. Ela foi orientada por Zeli Benedetto.

No âmbito dos escritórios contábeis, cada vez mais tem sido exigido dos contadores um aprimoramento e uma diversificação dos conhecimentos na área trabalhista. O profissional moderno tem que oferecer aos seus clientes um trabalho eficiente e eficaz, no qual as empresas possam depositar sua confiança.

Podemos dizer que o contabilista de hoje não mais se restringe ao "débito e ao crédito". A profissão está evoluindo e exige profissionais aptos para atender às necessidades das várias atividades econômicas que estão surgindo. A área trabalhista, com certeza, é uma das que mais se encaixa nesta evolução.

O trabalho "ROTINAS TRABALHISTAS NUM ESCRITÓRIO CONTÁBIL" é uma resposta ao problema que os contabilistas enfrentam como profissionais. Trata-se de um estudo na área trabalhista, sob o aspecto teórico, enfocando os princípios fundamentais do Direito Trabalho e, sob o aspecto prático, definindo as rotinas trabalhistas de um escritório contábil.



Cristiane Dreher

ciplinado legalmente e através de suas modalidades, da forma de remuneração, das suas formas de alteração, das suas formas de extinção, através das causas e efeitos da suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

O confronto empregado x empregador aumenta cada vez mais. Com isto, há vários sindicatos estão defendendo os interesses antagônicos destas duas classes sociais. E no meio deste conflito, o contador, além de seguir a CLT, deve estar sempre atento aos dissídios e convenções coletivas, dominando bem as questões sobre contribuição sindical, pois muitas vezes o confronto deixa de estar em nível de empregado x empregador e passa a existir entre sindicatos da mesma classe, brigando por bases territoriais.

Os procedimentos de um escritório contábil relacionados com a área trabalhista dividem-se em quatro grandes rotinas: admissão, desligamento, duração do trabalho e folha de pagamentos.

A rotina de admissão trata dos documentos necessários para o ingresso de um empregado na empresa, tais como CTPS, CD, Registro de empregados, exames médicos, declarações de dependentes, para fins de Imposto de Renda, ficha de salário-família, termo de responsabilidade, TRCT do emprego anterior, cadastramento no PIS, vale-transporte, contrato de trabalho, Livro de Inspeção do Trabalho, CAGED, cartão ou livro-ponto, ficha de salários, PAC, etc.

A rotina de desligamento refere-se à documentação necessária quando da extinção de um contrato de trabalho, tais como aviso prévio, TRCT e seguro-desemprego. Diz respeito ainda aos cálculos das parcelas rescisórias das mais diversas situações com o empregado, tais como empregado

com mais de um ano de serviço, término do contrato-experiência, aposentadoria, rescisão antecipada de contrato de experiência. Ainda devem ser levadas em conta as hipóteses de saque do FGTS sem TRCT, o levantamento de contas inativas, a transação de tempo anterior à opção, homologação de TRCT e admissão.

A rotina de duração do trabalho relaciona o regime de serviço, marcação de ponto, quadro de horário de trabalho, anotação de descansos, etc. Ainda trata da jornada de trabalho (duração do trabalho, duração do trabalho dos menores, acordo de compensação e prorrogação simultânea, compensações extralegais, substituição de horas de trabalho, controle de faltas e atrasos), casos de doenças e acidentes do trabalho, bem como o auxílio-natalidade e salário-família.

Por fim, a rotina de folha de pagamentos trata da folha propriamente dita (envelopes de pagamento, férias, 13º salário), e apresenta ainda detalhadamente as normas de contribuição para a Previdência Social, a legislação do Imposto de Renda Retido na Fonte, as normas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o Programa de Integração Social (PIS/PASEP).

"No meio do conflito empregado x empregador, está a figura do contador, que deve estar atento aos dissídios e convenções coletivas"

As rotinas trabalhistas não se restringem ao departamento pessoal das empresas. Elas são integradas na contabilidade através das provisões e lançamentos contábeis e na área de custos, onde é necessário o conhecimento dos encargos sociais e dos vencimentos e descontos da folha de pagamento. Por esta razão, também apresentamos em nosso trabalho um digrafo-grama de dupla entrada dos lançamentos mensais da folha de pagamentos, facilitando assim a organização contábil e garantindo a uniformidade dos lançamentos, o que facilita a análise de escrituração.

Para sermos bons profissionais, não basta sabermos o corriqueiro, o óbvio. Precisamos ir além, buscar jurisprudências, opiniões de profissionais mais experientes, nos atualizarmos através de cursos específicos, mergulharmos a fundo naquilo que nos interessa. Atualmente no Brasil, por mais que se saiba, ainda é pouco se comparado com o universo da legislação trabalhista e tributária.

"A profissão está evoluindo e exige profissionais cada vez mais aptos"

Primeiramente, procuramos trazer as noções preliminares do Direito Trabalhista, definindo os dois elementos da relação de emprego e o contrato de trabalho.

A relação de emprego é composta pelo empregado, que é toda pessoa física prestadora de serviços não eventuais ao empregador, sob a dependência deste e mediante salário, e pelo empregador, que é a empresa que assume os riscos da atividade econômica, assalaria e dirige a prestação de serviços, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho. (CLT).

A relação de emprego possui normas de regulamentação quanto à sua duração e quanto ao salário mínimo.

O contrato individual de trabalho é dis-

ENTIDADES MERCANTIS

Conceitos, estrutura e contratos

Um estudo sobre a atividade comercial, desde os primórdios até as modernas sociedades mercantis na atualidade, foi o tema desenvolvido por Mariliza Batista Ramos. Tendo o advogado Erni Arno Poisl como orientador, ela esmiuçou os aspectos jurídicos e pragmáticos que envolvem desde a constituição até a dissolução destas empresas.

Nossa intenção foi dar novo sopro ao que existe na literatura sobre as chamadas entidades mercantis, visando a contribuir com mais um recurso bibliográfico para aqueles que pretendem conhecer a matéria.

Não criamos nada de novo, pois nesta área, que é fortemente regulamentada por lei, o que está feito, está feito. O trabalho mostra os vários aspectos que envolvem as entidades mercantis desde que eram estritamente desenvolvidas no âmbito familiar e como isto funcionava até os dias atuais, com o amplo desenvolvimento e capacidade das modernas sociedades anônimas (S.A).



Mariliza Batista Ramos

“A prática do comércio se faz mediante o preenchimento de certas condições”.

Através de uma pesquisa profunda sobre o assunto, rebuscamos literaturas de escritores famosos, onde retiramos idéias principais, que juntamos às nossas.

Antes de entrar em maiores detalhes, é preciso dizer que para comerciar, estabelecer-se, transportar, comprar e vender mercadorias, muitos são os deveres na ordem fiscal e social. Tanto é que o comerciante sob firma individual, quando se sente insuficiente por ser a tarefa demasiada árdua para que arque com ele sozinho, aparece sob a designação de empresa a fim de bem exercer a sua atividade.

O até então comerciante passa a exercer a atividade econômica já agora como empresário, muitas vezes associado a outro ou a outros empresários, que desta forma se estabelecem como empresa, seja comercial ou civil, subordinada a um mesmo corpo legislati-

vo, que é o Código Civil.

O Código de Direito da Empresa, “Código del diritto azeiandale” dos italianos, rumou em direção ao nosso Código Civil, no qual reunimos a matéria civil e a matéria comercial. A sociedade mercantil presta-se especialmente ao cometimento de atos que são por ela ou em seu nome praticados, ainda que o agente seja o empresário, que com ela não se confunde, apenas a integra, suporta e faz viver. Neste sentido é que se entende a importância das atividades mercantis.

A prática do comércio se faz mediante o preenchimento de certas condições, entre as quais podemos destacar a capacidade, a intermediação, o intuito de lucro, a prática habitual ou profissionalizante e a atuação no próprio nome.

Em regra geral, o comércio é compatível com todas as profissões, todavia, existem algumas pessoas que são proibidas por lei de exercê-lo, devido a seus cargos, funções ou empregos. É caso dos funcionários públicos civis, militares, magistrados, cônsules remunerados, os médicos (no caso de farmácias, drogarias ou laboratório) e os falidos. Tais pessoas não estão proibidas de participar de sociedades mercantis como acionistas, colistas ou sócios comanditários.

Existe uma série de livros que devem ser adotados pelas entidades co-

merciais, alguns comuns a todas, outros específicos para certos tipos de empresa.

O registro de firma é feito na Junta Comercial. Embora a inscrição num órgão público seja facultativa, indiretamente torna-se necessário registrá-la no Registro do Comércio, a fim de que o comerciante possa, eventualmente, requerer falência ou concordata, bem como fazer prova através de seus livros.

No que se refere à classificação, as sociedades comerciais dividem-se quanto à responsabilidade dos sócios, estrutura econômica e formas de capital. Duas teorias, a anticontratuálistica e a contratual, dão sustentação à natureza jurídica do ato constitutivo de tais entidades.

“As sociedades de capital contam apenas com o patrimônio social para garantir suas obrigações”.

Existem também dois tipos de sociedades mercantis - as sociedades de pessoas, onde ninguém pode ingressar ou se fazer substituir sem a anuência dos outros sócios, havendo, portanto a necessidade de alteração no quadro social. Subdividem-se em quatro modelos considerados obsoletos pela problemática decorrente das alterações contratuais: sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade de capital e indústria e sociedade em conta de participação;

- sociedades de capital, que contam apenas com o patrimônio social para garantir suas obrigações. Nelas prevalece o impessoalismo do capital, ou seja, o acionista pode ingressar ou retirar-se da sociedade pela simples compra ou venda de ações sem atentar para os demais sócios. Subdividem-se em sociedades por conta de responsabilidades limitadas, sociedades em comandita por ações e sociedades anônimas.

Encerrando nosso trabalho, apresentamos uma série de modelos de contratos das sociedades mercantis, de acordo com os diversos tipos existentes.

Qualidade

Uma questão de sobrevivência

Somente as empresas que perseguirem a qualidade total nos seus produtos ou serviços terão condições de sobreviver no futuro. É o que mostra a acadêmica Eunice Bischoff em seu Trabalho de Conclusão orientado por João Milton Ritter. Fazendo uma análise dos sistemas de qualidade total mais empregados na atualidade, Eunice vê na satisfação do cliente o objetivo final a ser alcançado.

Para acompanhar as rápidas e profundas mudanças presentes nos dias atuais, a inovação e a criatividade devem fazer parte da administração da empresa moderna. O uso de novas formas de gestão é a única maneira para garantir a sobrevivência da empresa.

Nesse sentido, não se pode hoje deixar de pensar em qualidade e em Sistema da Qualidade Total. Para sobreviver, a empresa precisa ser competitiva. Para ser competitiva, ela precisa aumentar a sua produtividade. E a produtividade é aumentada pela melhoria na qualidade.

A Qualidade Total pretende fazer com que a empresa entre num ciclo de melhorias contínuas, identificando e eliminando problemas, de modo que as coisas sejam bem feitas da primeira vez, ou seja, a qualidade não se controla, se faz.

“Qualidade não se controla: se faz”

Um dos elementos mais importantes dentro desse processo é, sem dúvida, o recurso mais importante que a empresa possui: as pessoas. No nosso meio, o processo de melhorias contínuas impõe uma mudança cultural muito forte, o que gera resistência dos membros da organização.

Mudar a maneira de pensar dos empregados a respeito do seu trabalho é o obstáculo mais difícil que as organizações enfrentam. A empresa só conseguirá mudar esta realidade à medida que investir em educação e treinamento.

Portanto, um dos primeiros investimentos deve ser em ações que criem condições para que os funcionários possam aten-



Eunice Bischoff

der a suas necessidades básicas (alimentação, habitação, etc.) e em formação e treinamento.

A Qualidade Total abrange uma série de sistemas que compreendem métodos de solução de problemas e sistemas de administração da produção; sistema de garantia da qualidade e grupos participativos.

O Just-In-Time (JIT) é o mais conhecido sistema de administração da produção dentre os sistemas de qualidade desenvolvidos nas últimas décadas. A sua essência consiste em operações que agreguem somente valor aos produtos, sendo o restante considerado pura e simplesmente perda.

Os sistemas de garantia da qualidade visam a assegurar a conformidade do produto e atuam na eliminação da não-qualidade, desenvolvendo produtos e serviços que satisfaçam às exigências das pessoas e atendam às normas nacionais (Código de Defesa do Consumidor) e internacionais (ISO 9000).

Os grupos participativos são um excelente instrumento para obter o envolvimento e a participação dos empregados. Para isso, deve se organizar e formalizar a atividade destes grupos, como uma forma de motivar as pessoas a colaborarem com a organização. Os círculos de controle da qualidade (CCQ) e os times da qualidade são os grupos participativos mais conhecidos.

Para implantar um Sistema de Qualidade Total, é indispensável, antes de mais nada, o comprometimento da alta direção

da empresa, que deve se convencer da sua responsabilidade no processo, envolvendo-se na sua concretização e acompanhamento. Isso é fundamental para que se consiga, logo após, o comprometimento das demais pessoas envolvidas na organização.

Se os empregados não estiverem motivados e comprometidos para trabalhar com todo seu potencial, o sistema não dará resultado, pois o homem desmotivado não produz com qualidade. Para tanto, a empresa deve ser um veículo de realização pessoal e profissional, pois o homem sente necessidade de realizar um trabalho útil, ter um bom ambiente de convivência e de utilizar seus conhecimentos para melhorar suas condições de vida.

Quando se fala em qualidade, a primeira idéia geralmente é a do produto ou serviço sem defeito. Porém, em se tratando de Qualidade Total, não é apenas isso. Qualidade é a maneira como este produto ou serviço é visto pelo cliente, pois ela significa a satisfação total do consumidor. Somente o cliente, ninguém mais, determina a qualidade.

“Somente o cliente, ninguém mais, determina a qualidade de um produto ou serviço”

E quando se fala em cliente, deve-se lembrar que, além dos consumidores finais, a empresa deve atender aos clientes internos, no conceito de que o próximo processo é o seu cliente.

Os clientes devem ser a primeira prioridade da empresa. A sobrevivência dela está diretamente ligada à satisfação total do consumidor, pois a ele cabe a decisão final: comprar ou não comprar.

A qualidade estará comprometida se o produto, por exemplo, for entregue fora do prazo combinado, com embalagem defeituosa ou sem orientação para o uso. Portanto, é responsabilidade da empresa que persegue a qualidade avaliar permanentemente suas atividades sob o ponto de vista da satisfação do cliente.

E numa empresa que fabrica diretamente, cada empregado controla a qualidade do que faz.

Orçamento Comercial

O trabalho de conclusão apresentado por Sérgio A. Nikolay tenciona preencher uma lacuna na literatura sobre sistema orçamentário voltado ao setor comercial. Orientado por Paulo Abdala, ele dissecou as diversas fases da elaboração dos orçamentos e a sua distribuição por áreas específicas na empresa.

A literatura do sistema orçamentário é praticamente toda desenvolvida para a área industrial e em raros momentos faz menção à área comercial.

De forma generalizada, o comércio é visto como o "vilão dos negócios" seja em livros, debates e decisões governamentais. Enfim, os segmentos de comércio e prestação de serviços são pouco lembrados no contexto geral do desenvolvimento, apesar de sabermos, oficiosamente, que em nosso país as micro e pequenas empresas participam com 70% do PIB, dentre as quais milhares são da atividade comercial ou prestadoras de serviços.

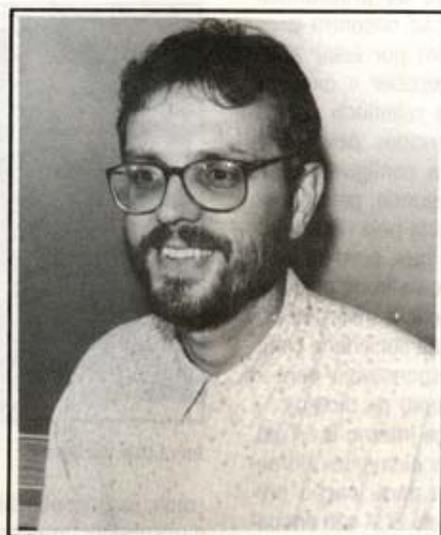
Cabe salientar que o setor industrial é indispensável para o nosso desenvolvimento e crescimento, caso contrário ingressaríamos num processo de regressão. No entanto, o comércio exige teorias próprias que norteiem seus planejamentos econômico-financeiros, dentro dos ciclos de sua atividade fundamental, que consiste em "comprar-armazenar-vender-distribuir-cobrar".

À luz da literatura caracterizamos dois tipos de orçamentos:

- Orçamento tradicional - consiste num planejamento estabelecido pela alta administração, alicerçado em exercícios anteriores e englobando planos, objetivos e metas para projetar as fases e ciclos operacionais que envolvem os negócios em si, com vistas ao futuro;

- Orçamento base zero ou compreensivo - consiste na proposta detalhada de todas as despesas, da mais simples à mais relevante em relação aos resultados almejados pela empresa.

"O sistema orçamentário é ferramental de suma importância na busca de competitividade das empresas"



Sérgio A. Nikolay

ferramental de suma importância é o sistema orçamentário, que, através de um planejamento e controle de resultados, deve ser formulado para a organização como um todo, originário dos resultados de uma cuidadosa visão para o futuro.

Segundo Armando Catelli, "os orçamentos são a expressão, em termos financeiros, dos planos da administração para a operação da empresa durante um período de tempo..."

A preparação efetiva de orçamentos nas empresas comerciais envolve os mesmos princípios fundamentais básicos de planejamento e controle de resultados de empresas industriais.

A elaboração de um plano realista de operações para um período futuro exige três planejamentos bem definidos: "estratégico-tático-operacional". Conseqüentemente, a empresa deve possuir um organograma que espelhe a realidade de sua estrutura organizacional com as especificações bem definidas."

Normalmente, a coordenação geral do orçamento cabe ao "controler" ou executivo financeiro, que define um comitê orçamentário, justamente com o intuito de permitir uma maior coesão entre as áreas da empresa.

O universo de informações deve estar armazenado em uma contabilidade estruturada, aberta e principalmente informalizada, pois todos os atos e fatos administrativos, bem como dados operacionais, convergem diretamente em sua direção.

Após a necessária implantação e elaboração do orçamento global, passamos a definir os orçamentos por áreas específicas, a saber:

1 - Orçamento de Vendas - o plano de vendas é o alicerce do planejamento, pois representa a fonte básica de recursos monetários, enquanto que o restante do pla-

nejamento da empresa, como os investimentos, o volume de despesas, o nível de estoque e outros aspectos operacionais, dependem do orçamento de vendas.

Dois enfoques são utilizados: previsão em unidades, por linha e preços; previsão aos valores monetários das vendas por departamentos ou em bases totais;

2 - Orçamento de compras - "Comprar bem significa vender bem". Esta premissa é uma das vigas mestras da atividade comercial, onde está a base nos planejamentos das quantidades e ou valores de compras a se realizarem e dos estoques mínimos desejados;

"O comércio exige teorias próprias, que norteiem seus planejamentos econômico-financeiros"

3 - Orçamento de despesas - todas as despesas pagas ou incorridas por necessidades da gestão operacional da empresa constituem em base concreta neste orçamento;

4 - Orçamento de investimentos - o plano de investimentos de curto, médio e longo prazo é normalmente atribuição da alta administração, que deve ter uma enorme preocupação com os projetos de investimentos;

5 - Orçamento de disponibilidades - as disponibilidades são de extrema importância para dar sustentação adequada à vida da empresa.

É através deste orçamento que se quantificam os valores, partindo de um fluxo de caixa, onde são registrados todos os recebimentos e pagamentos;

6 - Projeções do Demonstrativo de Resultados e Balanço Patrimonial - São o desfecho final na elaboração de um orçamento;

7 - Controle orçamentário - os relatórios de desempenho e acompanhamento utilizados ao longo do período orçado envolvem o sistema de controle orçamentário como um todo, a fim de expressar a coordenação e avaliação das operações da empresa;

8 - Orçamento simulado = para melhor compreensão e entendimento, elucidamos todas as fases de um orçamento global em uma determinada firma, de forma simulada, na qual tecemos comentários específicos.

A arte de administrar uma empresa conduz a alta cúpula diretiva a um estudo aprofundado e cuidadoso de suas decisões, justamente para evitar surpresas e manter um equilíbrio permanente das finanças, o que é alcançado através de um orçamento bem elaborado.

Desenvolvemos nosso trabalho dentro da linha do orçamento tradicional.

Hoje as empresas procuram ser cada vez mais competitivas no mercado e um

Além dos pátios da escola

Qual a relação da escola com o Estatuto da Criança e do Adolescente? Até que ponto a escola cumpre seu papel sem entrar em conflito nos procedimentos adotados no ensino? "Além dos pátios da escola" é assunto explorado por Ana Lúcia da Silva, com orientação da professora Maristela Knauth.

A reflexão sobre as relações da escola com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a partir das referências teóricas e de constatações elucidativas, permite constatar que as mesmas são pertinentes, porém, os caminhos percorridos por um e por outro na concretização dos direitos humanos da criança e do adolescente são diversos e discordantes.

O Estatuto da Criança e do Adolescente é fruto da participação social. Nasce de uma prática de conquistas que surge no seio dos movimentos sociais e isto se reflete através da legislação e da forma como é proposta a organização da sociedade para assegurar os direitos da infância e da juventude brasileira. No ECA está implícita uma visão de educação compromissada com o homem na sua totalidade, homem capaz de compreender as suas relações com a sociedade e, resgatado na sua capacidade de decisão, se insurgir, interferindo no contexto em que vive, tendo como condição única a participação consciente nas várias instâncias do fazer social.

Por outro lado, a escola nasce como fruto do poder hegemônico. No seu histórico constatamos que a sua movimentação sempre esteve ligada à conjuntura social e econômica de determinados períodos da vida nacional. Em momento algum foi o interesse pela condição humana que movimentou a escola, e sim o interesse do poder em manter as estruturas sociais, assegurando a primazia de alguns. Esta diferenciação básica entre os interesses da escola e do ECA leva, inevitavelmente, ao conflito. Conflito que parece estar arraigado

na dualidade de procedimentos em que se encontra a escola: primeiro por estar acostumada a receber e executar ordens, não refletindo os instrumentos usados pela sociedade para a configuração do contexto; segundo, pela necessidade imposta pela nova legislação (ECA) que, para se fazer cumprir, necessita de posturas de participação e inserção das instituições na sociedade como fatores indispensáveis para o reconhecimento de direitos.

No espaço interno à escola, os principais elementos de entrave para a participação preconizados pelo ECA são encontrados na estrutura administrativa e nos processos pedagógicos. Na estrutura administrativa encontramos a organização escolar centralizada na figura de um diretor que, do alto da posição que a hierarquização lhe confere, determina - alinhado politicamente com o poder público local e regional, cujos interesses nem sempre são os mesmos da comunidade onde a escola está inserida e a configuração administrativa escolar, negando qualquer forma de participação. Se faz necessário, para que a escola reconheça e participe do contexto social onde está inserida, que os dirigentes dos estabelecimentos de ensino sejam eleitos democraticamente pela comunidade escolar; que se criem conselhos de pais, professores, alunos, funcionários, não apenas para legitimar decisões de gabinete, mas para decidir sobre os rumos da escola, fazendo com que as suas necessidades se traduzam em resultados concretos.

"A escola nasce como fruto do poder hegemônico".

A premissa de participação estende-se também aos processos pedagógicos que, considerando o processo da configuração administrativa e sob influência deste, têm acontecido



Ana Lúcia da Silva

como responsabilidade do administrador, professor ou especialista em educação.

Normalmente encontra-se uma ação metodológica livresca, destituída de identidade para aqueles com quem se trabalha. Alterar tal quadro implica o reconhecimento de que a escola não se situa fora do contexto social, que ela trabalha com indivíduos caracterizados por uma cultura, por uma maneira de ser e de viver que os sustenta frente as adversidades do mundo contemporâneo. Ao organizar sua metodologia, a escola precisa conceber este conjunto como elemento de sustentação metodológica e isso só vai se dar mediante a apreensão da visão do mundo da criança.

"O conflito está arraigado na dualidade de procedimentos em que se encontra a escola".

Destaque-se dentro dos processos pedagógicos a avaliação e a atuação do educador. Estas também acontecem dissociados do mundo em movimento. A avaliação então acontece como patrimônio exclusivo do professor, valorizando apenas certos conhecimentos e com um fim em si mesma.

Na atuação do educador se fazem necessários o compromisso e a consciência da responsabilidade de saber por que e o que se quer como educador. Impõe-se um comprometi-

mento político com a situação de vida dos educandos. É preciso um educador comprometido e tecnicamente competente, que compreenda a importância de uma visão de conjunto.

Na leitura dos procedimentos realizada junto a algumas escolas do município de Taquara fica clara a tentativa de explicitar o referencial teórico. Ou seja, as escolas apresentam um grande distanciamento da movimentação social na qual estão inseridas. Isso as leva a desconhecer a criança com as quais trabalham, a atribuir o fracasso somente à criança, à família, à situação econômica e social vivida por elas, sem, no entanto, apresentar flexibilidade para o questionamento da própria situação. A atuação dá-se de tal forma que nega a identidade cultural da criança, substituindo-a por outra que não a sustenta frente ao contexto em que vive.

"As escolas apresentam um grande distanciamento da movimentação social".

A movimentação e participação sociais que embasam o ECA encontram dificuldades para a penetração no espaço da escola, ficando esta última distanciada e auto-suficiente na sua leitura e interpretação do mundo, apresentando como desenlace o não reconhecimento de direitos preconizados pelo ECA. Entre eles: a o direito de ser respeitado pelos educadores, de contestar critérios avaliativos, dos pais participarem do processo pedagógico, de participar na definição de propostas educacionais e de exigir adequação do ensino regular noturno à realidade do estudante trabalhador.

Enfim, são uma série de direitos que não poderão mais ser observados apenas no âmbito do dever ou favor. Do que a escola ainda não se deu conta é que, para execução do ECA, se fez necessária uma participação da comunidade no espaço escolar.